COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

Projeto de Lei nº 3.293, de2021 (Da Sra. Margarete Coelho)

Altera a Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, para disciplinar a atuação do árbitro, aprimorar o dever de revelação, estabelecer divulgação das informações após encerramento 0 procedimento arbitral а publicidade das acões anulatórias, além de dar outras providências.

EMENDA Nº

Suprima-se o § 8º do art. 13 da Lei 9.307/96, constante do art. 1º do projeto de lei nº 3.293/21.

JUSTIFICATIVA

O PL sugere limitar a autonomia das partes, o que é absolutamente contrário aos princípios da liberdade







Gabinete do Deputado Tadeu Alencar PSB/PE econômica e à liberalização jurídica que vem sendo defendida no Brasil nos últimos anos e que também ampara o instituto da arbitragem, como previsto na própria lei de arbitragem e em inúmeras decisões judiciais dos tribunais superiores, inclusive.

Ao contrário da atual redação do artigo 13, da Lei n. 9.307/1996¹, segundo a qual basta que se tenha capacidade civil e a confiança das partes para ser nomeado árbitro, a proposta sugere limitar a atuação de árbitros.

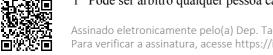
Segundo o texto proposto, o árbitro somente poderia atuar em 10 casos simultaneamente, o que fere a liberdade que impera na atividade econômica dos árbitros, assim como das partes.

Se as partes, que são as responsáveis por indicar e escolher os seus árbitros em um procedimento arbitral, concordam com a atuação destes mesmos árbitros em mais de 10 casos simultaneamente, não cabe à lei impedir esta atuação. Há previsão sugerida fere o princípio da livre concorrência e, ainda, retira do mercado os melhores profissionais.

Se a lei de arbitragem não impôs limites aos árbitros, deixando às partes tal prerrogativa de escolha, mesmo após sua revisão em 2015 não foram impostas restrições ou controles, não há razão para se sustentar a restrição do número de casos em que um profissional pode atuar, devendo-se preservar a discricionariedade das partes, decorrente da sua própria autonomia.

Cumpre lembrar que a arbitragem é procedimento voluntário e decorre da escolha das partes, não havendo qualquer obrigatoriedade na escolha do método para solução dos conflitos.





CÂMARA DOS DEPUTADOS Gabinete do Deputado Tadeu Alencar PSB/PE Sala da Comissão, em de de 2021.

TADEU ALENCAR PSB/PE



